



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e sete de junho de dois mil e vinte. -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Pavilhão Gimnodesportivo do Vade, situado na avenida da Portela do Vade – Atães, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte; -----

-----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----

-----3.- Período de antes da ordem do dia; -----

-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal referentes à reunião de Abril de 2020: -----

-----4.1. - Discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas respeitante ao ano de 2019;-----

-----5. - Assuntos propostos pela Câmara Municipal, referentes à reunião de Junho de 2020: -----

-----5.1. - Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, relacionada com o procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau/chefe da Divisão da Qualidade, Atendimento e Fiscalização; -----

-----5.2. – Deliberar sobre o reconhecimento do interesse público municipal para o projeto de “Aldeamento Turístico – Empreendimento da Azenha” – processo 03/2020/371, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, e de acordo com as informações técnicas constantes no referido processo em nome de COMPORINVEST, Unipessoal Lda., NIF 509 988 326, - o requerente; -----

-----5.3. Para efeitos da ratificação da deliberação tomada pelo Executivo Municipal em reunião datada de 18 de junho de 2020, presente a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento; -----

-----5.4. Discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal relativa à transferência de recursos, com vista ao exercício das competências previstas no artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para as freguesias de: 1) Aboim da Nóbrega e Gondomar; 2) Atiães; 3) Cabanelas; 4) Cervães; 5) Coucieiro; 6) Dossãos); 7) Freiriz; 8) Gême; 9) Lage; 10) Lanhas; 11) Loureira; 12) Moure); 13) Oleiros; 14) Parada de Gatim; 15) Pico S. Cristovão; 16) Ponte S. Vicente; 17) Prado S. Miguel; 18) Sabariz; 19) Soutelo; 20) Turiz; 21) Valdreu; 22) Vila de Prado; 23) Carreiras S. Miguel e Carreiras S. Tiago; 24) Escariz S. Mamede e Escariz S. Martinho; 25) Esqueiros, Nevogilde e Travassós; 26) Marrancos e Arcozelo; 27) Oriz S. Marinha e Oriz S. Miguel; 28) Pico de Regalados, Gondiaes e Mós; 29) União de Freguesias da Ribeira do Neiva; 30) União de Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide; 31) União de Freguesias do Vade; 32) União de Freguesias de Valbom S. Pedro, Paçõ e Valbom S. Martinho; 33) Vila Verde e Barbudo. -----

-----Ponto 6. - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Ponto 7.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----Ponto 8.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião cinquenta e nove membros. -----

-----Em função das excepcionais medidas implementadas no mundo pela crise da pandemia, esta sessão engloba também a reunião de abril de dois mil e vinte. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Face ao pedido de renúncia ao mandato formulado pelo cidadão eleito Manuel Martins Pinheiro Santos Gonçalves, foi empossado, em sua substituição, o cidadão Júlio César Zamith Soares Rosas. Face aos pedidos de ausência por um período interior a trinta dias formulado pelos cidadãos eleitos Luís Miguel Ferreira de Sousa, António Fernandes Barbosa, Manuel António Costa Pereira e António Pedro Melo Feio Pinheiro Gonçalves, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, Cristina Carneiro Costa, Cecília Barros Cerqueira e João Pedro Araújo da Silva. António Ruães Pereira, do PS, deu a conhecer ao Presidente da Mesa que, após a sua suspensão de mandato, ia retomar, a partir do dia um de junho de dois mil e vinte, as funções como membro da Assembleia Municipal. A Vereadora Cláudia Pinto comunicou ao Presidente da Mesa a sua impossibilidade de estar presente nesta sessão. O Plenário relevou, por unanimidade, as seguintes faltas a esta mesma sessão: Sérgio Sales de Almeida, da CDU; Natália Meireles Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Gême, que se fez representar por Celestino Martins Gomes Calais, Tesoureiro da mesma autarquia. -----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte foi aprovada por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. -----

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou os seguintes documentos: propostas apresentadas pela Câmara Municipal, nas reuniões do Executivo Municipal, relacionadas com a isenção ou redução de taxas municipais a aplicar excecionalmente no âmbito da pandemia da doença da Covid-19; informação geral número 1/2020, da Associação Nacional de Assembleias Municipais, sobre a situação de pandemia e as condições de realização da sessão; duas outras informações ainda da Associação Nacional de Assembleias Municipais sobre sessão ordinária, situação de pandemia e calendarização das sessões; emails da Associação Nacional de Assembleias Municipais a dar conhecimento do Guia Fiscal do Interior e a divulgar a realização do Segundo Congresso Nacional da Associação Nacional de Assembleias Municipais, no Espaço Vita, em Braga, no dia doze de setembro de dois mil e vinte; número treze da Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais; Boletim da Associação Nacional de Assembleias Municipais, nova série, número seis, de dois mil e vinte. -----

-----No ponto 3 - período de antes da ordem do dia -, Filipe Lopes, do PSD, apresentou uma moção sobre a requalificação urgente das EN 201 e 205, tendo sustentado que as mesmas se encontravam em elevado estado de degradação, comprometendo a segurança rodoviária dos seus utilizadores e prejudicando o desenvolvimento do concelho e da região. Embora o Governo e a Infraestruturas de Portugal tivessem conhecimento desta situação e da urgente necessidade de intervenção, nos últimos anos, poucas haviam sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

as obras de manutenção e recuperação efetuadas. Dada a crucial importância de uma intervenção nas referidas vias rodoviárias, com carácter de urgência, para dinamizar a economia, criar emprego e fixar a população, assim como para melhorar as condições de segurança rodoviária, a bancada do PSD propôs que a Assembleia Municipal deliberasse solicitar ao Governo, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias, à Infraestruturas de Portugal, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, entre outras entidades, que verificassem a necessidade e a urgência das obras de requalificação das EN 201 e 205 e que as mesmas não fossem, uma vez mais, esquecidas, sendo de todo o interesse dos vilaverdenses que estas reivindicações fossem satisfeitas. -----

-----Samuel Estrada, do PS, depois de felicitar a Mesa por esta medida de descentralização da Assembleia Municipal, referiu que o PS estava a favor de todas as iniciativas no sentido da melhoria da rede viária concelhia, razão pela qual também felicitou a iniciativa do PSD de se associar a esta preocupação que afetava a vida de todos os vilaverdenses. -----

-----A moção apresentada por Filipe Lopes foi aprovada por unanimidade. -----

-----Cláudia Pereira, do CDS-PP, interveio para dizer o que pensava sobre determinados assuntos, com frontalidade, olhos nos olhos, em vez de se refugiar nas redes sociais ou até em falsos perfis, tendo refutado que era manipulável e que as mulheres vilaverdenses não tivessem capacidades próprias para se pronunciarem. Sublinhou que, embora sendo verdade que os homens dominavam o sistema, havia mulheres com ideias, com vontade, mas tinham que sair do armário. A mesma oradora referiu que preferia só intervir nos momentos em que tinha que intervir e não para aparecer e ser falada, razão pela qual não havia apreciado a atitude de alguns dos autarcas ao utilizarem a pandemia para fazer política, andando de porta em porta a entregar máscaras e afins, parecendo uma distribuição de brindes eleitorais, agora adaptados à nova realidade. Considerava que tinham a moralidade cívica de sensibilizar e alertar os eleitores para os perigos da pandemia, mas não tipo campanha, tirando fotos e enviando para a comunicação social, e sublinhou que não havia paciência para tanto oportunismo político. Também questionou os autarcas presentes no sentido de saber se já tinham algum plano pós Covid, para enfrentar a crise económico-social que se adivinhava. Mais preconizou que as ajudas fossem direcionadas para todos os vilaverdenses, de igual forma, sem compadrios nem amizade. Os autarcas tinham que ter um papel ativo e de alerta, pois iria existir muita pobreza encoberta, devido à redução de rendimentos e às situações de perda de emprego. O concelho de Vila Verde tinha um grande potencial, mas este não estava a ser aproveitado da melhor forma. Os rios, ribeiros e ribeirinhos podiam ser aproveitados para criar turismo de descanso e de lazer. Cláudia Pereira referiu que havia visitado muitos concelhos do norte, os quais tinham um parque da cidade/vila, aproveitando as riquezas naturais, o que a levou a querer saber as razões pelas quais nada existia do género em Vila Verde. Na perspetiva da mesma oradora, faltava uma boa estratégia de empreendedorismo, gastando-se dinheiro em iniciativas, como a Gala dos Namorados, das quais não se vislumbrava retorno algum. O norte do concelho estava cada vez mais pobre e com menos população, mas cheio de potencialidades, sendo uma das portas para o Gerês. Havia uma associação que nada fazia, organizando apenas caminhadas e afins. Não entendia esta falta de investimento no norte do concelho e preconizou que se fizesse uma parceria público-privada para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

criação de espaços de lazer, sempre com um planeamento sustentável, para trazer população, as quais poderiam ser alargadas ao concelho de Terras de Bouro. Perguntou onde andavam os jovens do concelho e quis saber se havia alguma estratégia para reverter a perda de juventude. -----

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, interveio para convir que a pandemia, embora trazendo coisas que não eram boas, também havia trazido aspetos positivos, como a circunstância de esta sessão da Assembleia Municipal estar a decorrer de forma descentralizada, o que o levou a lançar um repto no sentido de que esta descentralização acontecesse mais vezes, porquanto havia muitos sítios, no concelho, que podiam acolher outras sessões e seria também uma forma de atrair a população às mesmas, conforme proposta já apresentada no que dizia respeito à transmissão destas sessões, em direto, nos órgãos de comunicação social, não havendo que recluir, porque a população de Vila Verde era ordeira e realizar-se-iam sessões muito proficuas. -----

-----Joaquim Ribeiro, do PS, considerou que o vírus causador da pandemia Covid-19 havia mudado rotinas e tinham sido muitos os momentos complicados e arrojados que todos, juntos, haviam ultrapassado, mas este assunto ainda não terminara, era sério, a economia não podia parar, mas a saúde continuava a ser o bem essencial. Todos deviam gratidão aos profissionais de diversas áreas que estavam a enfrentar o problema e, como bons vilaverdenses que eram, deviam uma palavra de conforto, de reconhecimento e de agradecimento pelo trabalho dos mesmos. Todos eram agentes de saúde pública, haviam unido esforços e distribuído máscaras, viseiras e material de desinfeção, as empresas tinham mudado a sua linha de produção e haviam-se juntado ao combate e as instituições tinham seguido o seu caminho na linha da frente contra a pandemia. Apelou a que todos fossem agentes de saúde pública e cumprissem as normas da Direção-Geral de Saúde. Referiu que havia acompanhado de perto o combate incessante de todos os profissionais, não só na unidade hospitalar de Vila Verde, mas também nos centros de saúde, nos hospitais centrais, lares, infantários, creches, estabelecimentos comerciais, empresas e nas suas próprias casas, Assim, a bancada do PS propôs um voto de louvor a todos os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, técnicos, auxiliares de saúde de limpeza e desinfeção, administrativos, a todos os profissionais da área educação, do setor social, das forças de segurança, da proteção civil, das empresas que prestavam serviços de primeira necessidade, aos bombeiros, às IPSS e aos seus colaboradores, pelo trabalho de proximidade efetuado junto das populações, garantindo a sua segurança e informação relativa à pandemia. Mais dirigiu uma palavra amiga a todos os que haviam perdido familiares e amigos durante este período e uma palavra de força a todas as famílias vilaverdenses que estavam na luta contra a pandemia Covid-19. -----

-----Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

-----Samuel Estrada referiu-se à opacidade com que eram geridos os destinos do Município. Considerou que o assunto do IEMinho continuava assombrado por dúvidas. Recordou que havia endereçado ao Presidente da Câmara Municipal um conjunto de perguntas, mas, apesar do pedido de solicitação à Mesa, ainda não tinha obtido qualquer resposta. Ainda não havia sido esclarecida a causa do insucesso, o porquê daquela insolvência e a razão pela qual não havia sido acautelado o terreno que era propriedade do Município e que tinha passado para a esfera de uma associação, sem qualquer reserva, assim como não havia sido esclarecido como é que ainda hoje, volvida mais de uma década, não existia licenciamento, daqui resultando que o Município não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

fiscalizava a si próprio. Ainda constava da caderneta do registo predial o bem visível espaço onde fora construído o edifício como constituindo apenas um lote de terreno, sem licença, com uma avaliação patrimonial sete vezes inferior ao valor real. Não se percebera que modelo de controlo tivera o Município naquele espaço; como é que, em tantos anos, ninguém tinha visto nada; não se conheciam os resultados da aposta na inovação, nem qualquer relatório sobre empregos, atividades, empresas constituídas, nem existia qualquer relatório municipal sobre isso. Também não havia nenhum ato de contrição por que aquilo havia corrido mal. O município tinha ficado sem o imóvel, havia sido criada uma insolvência de cerca de um milhão de euros e não havia culpados. Corria um processo-crime sobre eventuais fraudes na obtenção de subsídio, dos maiores do país, mas não havia autocritica nem investigação do que quer que fosse. Ainda não estavam curadas estas feridas e já se pretendia correr desenfreadamente para um segundo precipício. Aquilo tinha corrido mal e agora iam voltar a comprar o edifício, mas o Município não era um bar aberto; os cofres municipais eram pobres, havia um profundo endividamento, não havendo lugar a esbanjamentos. Samuel Estrada quis saber para que ia o Município comprar o imóvel, independentemente de existirem muitas razões para a aquisição. Supostamente, havia sido criado um gabinete para discutir este assunto, mas o mesmo era para apadrinhar uma pré-decisão, na qual o PS não embarcava. O PS apresentava, sobre esta matéria, duas ideias muito claras: a aquisição era meritória, o edifício tinha uma localização estratégica, podendo beneficiar o Município, mas não era para qualquer coisa. O PS defendia uma gestão cem por cento pública, para não se repetirem asneiras do passado que haviam custado muitos milhões, nomeadamente a Proviver, a Pro Vila Verde e o IEMinho, sendo, por conseguinte, importante acautelar o controlo municipal sobre a gestão e a entrega do espaço para o desenvolvimento do ensino superior, para suprir esta carência do Município, ali se podendo ancorar iniciativa e até enriquecer o tecido empresarial, para além da dinâmica inerente à vida universitária. Apesar desta proposta do PS, o Presidente da Câmara, nas propostas em sede do referido gabinete, continuava a tentar introduzir propostas no sentido da manutenção da incubação de empresas, a qual, segundo o relatório do administrador de insolvência, era ruinosa. Não se sabia quantas pessoas lá estavam nem se as mesmas preenchiam os requisitos da incubação. Ali existiam, há anos, empresas de jornalistas e de vinhos, tratando-se apenas de rendas baratas, não se revelando rentáveis. Neste momento, o administrador nada pagava e, com os recursos que estava a receber, já estava a criar endividamento para a massa. O mesmo orador solicitou ao Presidente da Câmara os relatórios das pessoas que lá estavam e que dissesse o que pretendia. Reportou-se também à situação da Aliança Artesanal. Referiu que a Vereadora Júlia Fernandes havia proposto, na última reunião de Câmara, um pedido de apoio de vinte mil euros, o qual ia acompanhado apenas de uma informação do Dr. Adelino Machado, que, conjuntamente com a mencionada Vereadora, acumulava a função de representante social daquela entidade com as funções exercidas no Município. Uma informação absolutamente desacompanhada de informação financeira e do mérito, a que é que se destinava, para quê e porquê. Todos os pedidos de apoio e de financiamento tinham que ser acompanhados de fundamentação e este deveria sê-lo com redobradas razões, porquanto a entidade era representada por membros do Município, tinha participação do mesmo, recebia já, desde dois mil e dezasseis, quinhentos euros mensais de apoio do Município; beneficiava, regularmente, de imensos contratos, até de ajustes diretos, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

o Município, alguns dos quais no ano passado; ao que parecia, não pagava água e luz nem despesas administrativas; tinha duas funcionárias, auferindo uma delas um salário mínimo e a outra meio salário mínimo. Neste dia, ia ser aprovado um plano de transferências de competências para as Juntas, que iam fazer trabalho do Município, auferindo menos do que esta quantia, anualmente, muitos dos quais sacrificando dinheiro da própria Junta para fazer trabalho da Câmara. Samuel Estrada quis saber as razões pelas quais as informações, depois pedidas, não haviam sido facultadas. Os assuntos municipais não eram um ficheiro secreto, nem tinha que se pedir por favor. As informações tinham que ser claras, transparentes, e nem os pedidos tinham que ser justificados. Os relatórios de contas desta instituição, que nem sequer constavam do registo comercial, tinham vindo a ser solicitados desde dois mil e doze. Também não constavam do referido registo os atos eleitorais desta cooperativa à qual o Município presidia. Os mandatos eram trianuais, a eleição ou nomeação que constava dos registos datava de dois mil e dezasseis, portanto, deveriam ter havido eleições em dois mil e dezanove, mas nem isso constava. Era, pois, importante o cabal esclarecimento da situação. A este nível, o PS propunha a criação de um regulamento municipal, a menos que o mesmo já existisse, sendo certo que o desconheciam e já o haviam solicitado. Ademais, nunca o vira invocado em qualquer modalidade de apoio a entidades públicas ou privadas. O PS defendia que todas as instituições que desenvolviam atividades de interesse municipal deviam ser auxiliadas financeiramente, mas com critério universal, com acesso a todos e não para quem chegava primeiro, era mais amigo ou mais próximo, com prazos de candidatura e regulamentos, sujeitos a fundamentação financeira, tratando todos por igual. A cultura não era exclusiva da Aliança Artesanal; muitas outras instituições pugnavam por esta área, muitas vezes sem apoios e com sacrifícios. O período de pandemia tinha-se abatido sobre todos, provocando muitas dificuldades financeiras, o que não implicava que todos fossem estender a mão ao Município. Samuel Estrada solicitou que, na eventualidade de o regulamento já existir, o mesmo fosse divulgado à Assembleia Municipal. -----

-----Filipe Lopes, do PSD, depois de frisar que a sua intervenção se dirigia ao Presidente da Câmara Municipal, referiu que, no dia seis de dezembro de dois mil e dezoito, Miguel Rebelo de Sousa, chefe do gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, enviava um ofício com o seguinte teor: “Na sequência da audiência ocorrida em conjunto com o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Vila Verde, José Morais, e com os Presidentes de Junta de Soutelo e da Loureira, o Secretário de Estado das Infraestruturas, Guilherme de Oliveira Martins, no dia nove de fevereiro de dois mil e dezassete, onde solicitaram a requalificação da Estrada Nacional 101 do concelho de Vila Verde, encarrega-me o Sr. Secretário de Estado, pelo presente, informar que constava do Plano de Intervenções das Infraestruturas de Portugal o lançamento da empreitada da requalificação da Estrada Nacional 101, no decurso do ano de 2019”. Era anunciado, na comunicação social, da seguinte forma: “a requalificação deverá arrancar ainda durante o ano de 2019, sendo o concurso público lançado a breve prazo, anunciou ainda aquele governante, revelando que o total de investimento nesta empreitada deverá rondar os 8 milhões de euros”. O mesmo orador aduziu que, durante esta sua viagem de hoje para o Vade, não tinha visto nenhuma obra de requalificação na EN 101 e muito menos vira os oito milhões de euros de investimento. Perguntou ao Presidente da Câmara se o governo do PS andava a enganar os vilaverdenses a nível da requalificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

da EN 101, o que sabia sobre este processo, porque tinham sido prometidas as obras em dois mil e dezanove quando, em meados de dois mil e vinte, ainda nada havia sido feito e nada sabiam sobre este assunto. Concluiu, sublinhando que o Grupo Parlamentar do PSD queria respostas sobre este dossier. -----

-----Susana Silva, do PSD, referiu que este ano ia ficar na história, viviam-se momentos difíceis e exigentes e a pandemia havia obrigado a perceber o que era deveras importante. Neste momento e apesar das incertezas subsistentes, era merecido um agradecimento público e um voto de louvor a todos aqueles que haviam contribuído e continuavam a contribuir para que ficasse tudo bem. Os profissionais de saúde, as forças de segurança, todos os profissionais que durante o estado de emergência e calamidade tinham continuado a trabalhar para que não faltasse nenhum bem básico, os profissionais dos lares, do Município, das Juntas de Freguesia, todos aqueles e aquelas que haviam dado de si pelo e para o bem dos outros. Assim, questionou o Presidente da Câmara acerca do que tinha sido feito pelo Município na matéria Covid. Mas referiu que, ainda muito recentemente, num jornal local, um Deputado Municipal havia acusado o Presidente da Câmara de perseguição, tendo feito a seguinte citação: “a perseguição que diz ter sido alvo por António Vilela, Presidente da Câmara de Vila Verde, e também de sua esposa”. Por diversas vezes já tinham ouvido falar em censura, opacidade e perseguição, situações muito graves em democracia, o que levou a mesma oradora do PSD a perguntar ao Presidente da Câmara Municipal se andava a perseguir alguém. Há cerca de três anos também tinham ouvido falar de forma bastante acesa, pois estava-se em ano de eleições, acerca de uma questão com as instalações da antiga escola primária de Soutelo e Susana Silva quis saber em que ponto estava essa situação. Os Lenços de Namorados eram um ex-libris de Vila Verde e do Minho, um elemento inegável da história local, da cultura e da tradição vilaverdenses. Os mesmos haviam sido e continuavam a ser centrais na economia e na identidade concelhias. Certamente, estavam todos de acordo nesta matéria. Muito se havia falado, neste órgão, da forma de estar na política, do que se ia dizer para a comunicação social e para as redes sociais. Susana Silva, a título de exemplo, aludiu ao facto de, na última semana, a Aliança Artesanal, historicamente ligada aos Lenços de Namorados e às artesãs do concelho, terem sido tema central nas redes sociais e na comunicação social. A este propósito, a oradora social-democrata pediu ao Presidente da Câmara que esclarecesse o que se passava com a Aliança Artesanal. Nunca vira, contudo, nessas intervenções, a referência a que os Lenços de Namorados eram um dos nomeados finalistas do distrito de Braga para as Sete Maravilhas da Cultura Popular de Portugal. Coisa pouca, diriam, mas este era um facto que orgulhava a mesma oradora e a bancada do PSD e iam estar empenhados em contribuir para que os Lenços de Namorados chegassem a finalistas nacionais. A votação iniciava-se no dia seguinte e Susana Silva apelou a que todos votassem, divulgassem junto dos seus contactos, pois era bom que, pelo menos uma vez, todos unissem verdadeiramente esforços em torno dos Lenços de Namorados. -----

-----O Presidente da Mesa referiu que a questão das incompatibilidades dos membros desta Assembleia era pessoal e que não era fiscalizador das incompatibilidades de cada elemento do Plenário, a eleição era direta e a questão deveria ser colocada a quem de direito. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, depois de fazer uma saudação especial ao Presidente da União de Freguesias do Vade por ter acolhido o Plenário nesta primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

sessão pós-pandemia e de ter agradecido a presença dos membros da Assembleia Municipal na mesma, nesta fase ainda difícil e que continuava a reclamar os maiores cuidados relativamente à doença, apelou a que todos desenvolvessem esforços de sensibilização, junto da população, no sentido do cumprimento das regras de segurança. Agradeceu também a forma como a população tinha sabido comportar-se e dirigiu um agradecimento em particular a todos aqueles que mais diretamente haviam tido ação no apoio às pessoas e no controlo da pandemia. Agradeceu aos profissionais de saúde, pela dedicação à causa, conseguindo mitigar os efeitos da pandemia, assim como aos Presidentes de Junta, que haviam sido uns excelentes parceiros neste processo, quer no âmbito das ações de controlo, quer no terreno, nas ações de acompanhamento das pessoas com maiores dificuldades e de apoio ao comércio local. Mais enalteceu o excelente trabalho das direções e profissionais das IPSS, tanto no apoio às pessoas com maiores dificuldades como na capacidade que haviam tido para minimizar a propagação da pandemia nos lares, o que apenas haviam sido conseguido com grandes sacrifícios de cada um deles em prol do bem-estar dos outros. Deixou ainda uma palavra para os profissionais da educação porquanto os mesmos implementaram um modelo de ensino à distância que, embora não sendo o melhor, tinha funcionado razoavelmente, tendo as Juntas de Freguesia tido também um papel fundamental no fornecimento de material informático e de serviço de redes e bases de dados, o que havia permitido uma maior proximidade dos professores com os alunos e tornado possível o ensino a distância. Relativamente à interpelação de Susana Silva sobre este assunto, o Edil referiu que a Autarquia havia estado sempre na linha de frente, junto de todas as instituições, a tentar resolver os problemas existentes. Recordou que a Autarquia, em tempo útil, havia adquirido os equipamentos de proteção individual indispensáveis para a viabilização dos centros Covid, tendo-os distribuído pelas unidades de saúde e, posteriormente, pelas IPSS, no próprio hospital e por todos aqueles que estavam diretamente ligados à saúde e que haviam solicitado os equipamentos, não tendo os mesmos, ao contrário do que sucedera em outras zonas do país, sentido falta de equipamentos. O Município havia-se preocupado e mobilizado, logo à partida, para a criação de centros de testes Covid, tendo tido dois centros desta natureza. Havia sido dos primeiros a apresentar essa proposta, embora as autoridades de saúde tivessem considerado que, no momento, essa não era uma prioridade. Passado algum tempo, acabaram por dar razão ao Município e, pouco tempo volvido, o concelho tinha dois centros Covid e havia adquirido o material necessário para que as pessoas fossem testadas em tempo útil. O apoio às famílias sempre havia estado presente e, com a intervenção das Juntas de Freguesia e das instituições, tinha sido possível fazer chegar alimentos e medicamentos às pessoas numa situação de maior vulnerabilidade e em função das solicitações, situação que ainda hoje tinha lugar. Tinha, assim, sido estabelecida uma forte parceria e haviam sido significativos os custos para o Município que, apenas em medicamentos, orçava em perto de cento e cinquenta mil euros. O Edil disponibilizou-se para, se assim o entendessem, apresentar uma lista de todos os bens adquiridos para o efeito, havendo igualmente outro tipo de custos associados, como a redução do custo da água que ascendia a meio milhão de euros. As contas ainda não estavam fechadas, mas rondariam um milhão de euros. Acrescia o trabalho de preparação que estava a ser feito em conjunto com outras instituições e ao qual o Estado tinha que responder, reportando-se à recuperação da economia, à salvaguarda dos rendimentos das famílias, estando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Autarquia empenhada em, através de um trabalho de articulação com as instituições, ajudar a encontrar respostas para estes problemas talvez ainda mais graves do que se esperava. Tinham já sido dados alguns passos com a realização de campanhas de promoção do comércio local e com a isenção e redução de múltiplos impostos municipais, para que as empresas tivessem importantes incentivos. Não fosse a ação das autarquias – Municípios e Juntas de Freguesia -, a nível nacional, os efeitos da pandemia teriam sido muito maiores. Mais manifestou disponibilidade para acolher sugestões que pudessem acrescentar valor ao plano de recuperação pós-Covid que estava a ser trabalhado com o Estado e com estruturas regionais, tendo em vista o acesso a Fundos Comunitários para apoio às empresas, às instituições e aos empresários em nome individual. O mesmo Edil concordou com a observação da oradora do CDS-PP relativamente à necessidade de os assuntos serem abordados no local próprio e não nas redes sociais. Este era o local adequado para todos trazerem as suas opiniões e apresentarem sugestões relativamente às medidas a serem desenvolvidas. Como se estava no Vade e como Cláudia Pereira havia aludido a zonas do interior que era necessário potencializar, o Presidente da Câmara referiu que ia fazer referência a infraestruturas que já estavam executadas, outras que se encontravam em execução e outras ainda programadas para concretizar a curto prazo. Referiu-se a uma candidatura apresentada para requalificar os trilhos da zona alta de Aboim da Nóbrega, permitindo fazer trilhos de dimensão diferente e passando por pontos distintos. O montante financeiro já estava definido e atribuído. Estava a ser preparado um procedimento para se fazer o projeto dos trilhos do rio Vade que ia do limite do concelho até Aboim da Nóbrega. Encontrava-se concluída a obra de requalificação do Centro de Saúde do Vade que, a breve trecho, ia entrar em funcionamento completamente renovado. Ali ao lado existia um espaço de excelência em matéria de serviços públicos: Espaço do Cidadão, Loja do Município, posto dos correios e um serviço da Junta de Freguesia. O mesmo estava a acontecer no Vale do Homem, na Ribeira do Neiva e na Vila de Prado. Este mesmo pavilhão era também o resultado dos investimentos que estavam a ser feitos nestas zonas mais periféricas e menos povoadas. Quanto a zonas de lazer, o edifício da antiga adega de Vila Verde estava a ser recuperado e incluía já o início do parque de lazer a que a oradora do CDS-PP aludira, contemplando uma pista de skate, de bicicletas BTT, um campo de padel e um parque infantil. Estavam a ser negociados os terrenos para se criar uma zona bem mais alargada e aprazível. Tinham vindo a fazer o aproveitamento das margens dos rios com praias fluviais. Provavelmente, haveria ainda muito mais a fazer, mas estavam atentos e as zonas do concelho com menor crescimento estavam na mira da Edilidade, porquanto as mesmas se revelavam prioritárias. O Edil sublinhou a referência de Joaquim Ribeiro no tocante à necessidade de todos estarem unidos no combate à pandemia. Relativamente às interpelações de Samuel Estrada, o Presidente da Câmara referiu que não sabia o que ainda faltava sobre o IEMinho. Havia sido entregues uma relação e um relatório sobre a insolvência, assim como os relatórios de atividades que estavam disponíveis para quem pretendesse consultá-los. A equipa de trabalho constituída estava a analisar se se devia, ou não, adquirir aquele património, sendo que a decisão não era do Presidente da Câmara, mas antes do Executivo Municipal e desta Assembleia Municipal, razão pela qual, na altura próprio, o deputado Municipal do PS ia ter oportunidade de se debruçar sobre este aspeto. O mesmo Deputado Municipal e o PS não eram padrinhos de nenhuma ideia sobre um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

polo de ensino superior, tendo essa sugestão sido apresentada pelo Presidente da Câmara naquela reunião. Esta era uma das possibilidades que estava em cima da mesa, estando igualmente em cima da mesa a possibilidade de adquirir ou não o referido património. Se o entendimento viesse a ser no sentido da não aquisição, a mesma não ia ter lugar. Já possuía uma avaliação realizada por um perito externo, tendo aquele património sido avaliado em cerca de um milhão e meio de euros, estando disponível para ser adquirido pelo Município de Vila Verde por oitocentos e cinquenta mil euros, mas tal não significava que o mesmo tinha que ser adquirido apenas porque o preço era bom, tendo antes que existir uma finalidade que o justificasse. Não correspondia à verdade a afirmação proferida por Samuel Estrada no sentido de que o IEMinho não era autónomo. Deixara de o ser somente a partir de março, com a pandemia, e as empresas haviam saído e deixado de pagar, situação que colocou o problema ao gestor de insolvência, mas havia sido fornecida uma lista com a ocupação total e com os débitos de cada empresa à instituição. Este assunto estava a ser exemplarmente tratado com todos os intervenientes interessados em participar neste processo e, tal como havia sido constituída uma equipa, em sede de Executivo Municipal, também existia disponibilidade para Samuel Estrada participar no mesmo. O Presidente da Câmara esclareceu que a Aliança Artesanal sempre havia sido uma instituição do Município de Vila Verde e nunca em algum momento da sua existência tinha sido completamente autónoma em termos financeiros, nem a sua criação visara esse fim. A Aliança Artesanal tinha sido criada para promover o desenvolvimento do concelho, juntando os artesãos e concedendo o seu apoio aos mesmos e à atividade artesanal. Assim, uma entidade desta natureza não podia ter fins lucrativos, embora também vivesse com projetos, para o desenvolvimento dos quais carecia de financiamento, porquanto não possuía recursos para o efeito. Estava definido, como regra, que a presidência desta cooperativa ficava a cargo do Vereador da Cultura da Câmara Municipal, razão pela qual o Edil, ao tempo do seu exercício da Vereação da cultura, também havia presidido aos destinos da Aliança Artesanal, não querendo, no entanto, isto dizer que teria que ser assim, uma vez que havia eleições e a situação poderia não se verificar nestes moldes. Os municípios de Terras de Bouro e de Amares também eram sócios e, quando os respetivos Executivos Municipais eram do PS, haviam igualmente sido parceiros exemplares na dinâmica da Aliança Artesanal. Não se percebia, pois, o que se estava a criar em torno de um subsídio à Aliança Artesanal que se destinava, essencialmente, a colmatar uma necessidade de financiamento, não se podendo esquecer que esta cooperativa havia sido objeto de processos judiciais, interpostos pela Adere-Minho, à qual, recentemente, tinha sido atribuído um subsídio de vinte mil euros sem que ninguém tivesse falado do mesmo, sendo certo que esta instituição apresentava um défice de muitas centenas de milhares de euros. O mesmo Edil recordou que, quando, na qualidade de Vereador da Cultura, passou a integrar a Aliança Artesanal, esta tinha um défice de cerca de trinta mil euros, tendo sido necessário recuperá-lo, o que veio a suceder e a cooperativa tinha ganho uma nova vida e um forte dinamismo. Em outros concelhos, instituições do mesmo género haviam desaparecido porque não tinham havido condições e capacidade para as revitalizar, situação que não pretendiam que acontecesse à Aliança Artesanal. Aludiu ainda a uma situação de uma pessoa que falava muito mal da Aliança Artesanal, mas que não conhecia as instalações nem tão-pouco o que lá se fazia. As ações judiciais haviam sido acionadas pela Adere-Minho, à Aliança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Artesanal, por esta utilizar o património de Vila Verde – os Lenços de Namorados -, tentando, na perspetiva do Edil, usurpar o património dos Vilaverdenses e condicionar o seu uso. Felizmente, parecia ter-se chegado agora, com outros atores, a um melhor entendimento. Mais referiu que não vira ninguém, aqui, preocupado com a má gestão da Adere-Minho. Negou que existisse qualquer opacidade e asseverou que já havia falado com a Presidente da Aliança Artesanal no sentido de disponibilizar, no próprio *site* desta cooperativa, todos os relatórios de prestação de contas e todos os planos de atividades. Estes documentos de gestão iam estar disponíveis para consulta na próxima semana, nada havendo, pois, a esconder, avultando antes o bom trabalho naquela instituição realizado. O Edil aludiu a uma frase do Deputado Samuel Estrada, proferida nos jornais, segundo a qual a política não era um concurso para aferir quem dizia mais vezes que gostava de Vila Verde, era uma atividade muito mais séria do que isso. O Presidente da Câmara acrescentou, a este propósito, que a política também não devia ser um concurso para aferir quem dizia pior de Vila Verde, preferindo, assim, um concurso para dizer mil vezes bem de Vila Verde do que um concurso para dizer uma única vez mal do concelho. O mesmo Edil considerou que a diferença de posições que os dividia estava essencialmente aqui. O PSD queria falar do concelho pela positiva, enquanto o PS queria quase sempre falar pela negativa e mal do concelho de Vila Verde, conforme sucedera agora com a questão da Aliança Artesanal. Confirmou que existia um regulamento de atribuição de subsídios às associações e às instituições concelhias, o qual estava publicado no *site* do Município. Reconheceu que as estradas municipais estavam a ficar degradadas, que as EN 205, 201 e 101 estavam a ficar com o tapete muito desgastado. O Município lutava há muito para que a requalificação da EN 101 acontecesse, mas tudo não passavam de promessas, apesar da pressão constante que tinham vindo a fazer junto da Infraestruturas de Portugal, tendo-se já atingido o limite de espera. O Edil tinha falado com a Diretora de Estradas e com os representantes deste organismo, sendo que alguns presentes o haviam acompanhado nas deslocações a Lisboa e ouvido as promessas feitas relativamente aos *timings* das obras, os quais iam sendo protelados ano após ano, tudo apontando para que nem em dois mil e vinte e um as mesmas viessem a concretizar-se. A última informação apontava para o início do concurso em maio do corrente ano, o que, dada a duração do mesmo, indicava que nem em dois mil e vinte e um a estrada estaria requalificada. Esta situação reclamava uma ação ainda mais forte junto das instituições, razão pela qual ia solicitar a realização, logo que possível, de uma reunião na Infraestruturas de Portugal, juntamente com as Juntas das Freguesias percorridas por estas estradas, no sentido de obterem, mais uma vez, alguma resposta. Reportando-se às questões suscitadas por Susana Silva, concretamente a situação, provavelmente veiculada na comunicação social, da escola de Soutelo, o Presidente da Câmara referiu que a mesma havia sido muito falada aquando das eleições de dois mil e dezassete, tendo o mesmo Edil sido acusado, pela Junta de Freguesia, de a Câmara se ter apropriado de um património que não pertencia ao Município. Esta situação suscitara uma denúncia anónima, para o Ministério Público ou para a Polícia Judiciária, dizendo que o Presidente da Câmara havia feito uma falsa declaração para fazer o registo da escola em nome do Município, como se estivesse a roubar alguma coisa para si. Decorreu um processo, tinham sido ouvidas várias pessoas, incluindo o Presidente da Junta de Soutelo, o qual mentiu aquando da prestação de declarações, dizendo que António Vilela emitiu uma declaração falsa. A declaração



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

que o Presidente da Câmara emitiu e afirmou que continuaria a emitir hoje ou em qualquer outro dia foi no sentido de que aquela escola não tinha sido objeto de nenhum protocolo, o que era verdade no âmbito em que a declaração havia sido emitida. Essa declaração fazia falta porque era preciso registar a escola para construir o centro educativo que foi edificado ao seu lado, o que impunha a salvaguarda daquele património, uma vez que alguém estava com problemas financeiros e não sabiam qual era a instituição que ali estava, não podendo, assim, permitir que o património em questão corresse qualquer risco. Segundo uma Lei de mil novecentos e oitenta e quatro, o património das escolas passava para os municípios mediante a celebração de um protocolo entre os municípios e o Estado. O Município de Vila Verde não fizera nenhum protocolo para nenhuma escola, como, no país, muito poucos haviam feito. Então, em dois mil e três, o Estado criou uma nova Lei segundo a qual, a partir daí, todo o património afetado ao ensino passava para os municípios, quer eles quisessem ou não, desde que não tivesse sido objeto de protocolo anterior, pois, caso existisse esse mesmo protocolo, já estavam na posse dos mesmos. Foi isto que aconteceu com a escola de Soutelo. Quando a Câmara foi fazer o registo, os serviços jurídicos do Município prepararam uma declaração, para o Presidente da Câmara assinar, dizendo que aquela escola não tinha sido objeto de protocolo entre o Estado e o Município. As autoridades judiciais, não percebendo de que protocolo se tratava, chamaram o Presidente da Câmara e disseram-lhe que tinha produzido um documento falso, tendo o Presidente da Câmara referido que fazia outro exatamente igual. Nesse momento, o mesmo Edil explicou o que se passava, foi-lhe dada razão e o processo foi arquivado. O Presidente da Câmara disponibilizou-se a facultar uma cópia do processo a quem pretendesse lê-lo. Num jornal local, um Deputado desta Assembleia, aqui presente, disse que estava a ser perseguido pelo Presidente da Câmara, António Vilela, e pela esposa deste, esta afirmação estava escrita, no jornal “V”, nos seguintes termos: “António Vilela e esposa em perseguição cerrada ao advogado, tudo arquivado”. O Edil referiu que, efetivamente, a sua esposa metera o processo porque, um dia ou dois antes das eleições, quando decorria o comício na Ribeira do Neiva, o Presidente da Câmara não tinha telemóvel, porque não havia rede, e, quando vinha, viu várias chamadas da sua esposa. A esposa ligou-lhe, estava em pânico porque tinha sido perseguida pelo Deputado até casa, numa perseguição ao estilo dos filmes americanos, passando, um veículo, para a frente e para trás do seu veículo, de tal modo que não parou em casa, foi dar a volta à Vila e, quando chegou a casa, ele estava lá à sua espera, o que foi testemunhado por um morador. Este processo fora arquivado, não porque não se tivesse provado que a perseguição existira, mas porque o Tribunal considerou que foi só uma vez, não sendo reincidente, conforme estava escrito. Assim, não existiu nenhuma perseguição ao deputado João Silva e a mesma aconteceu precisamente ao contrário. O Presidente da Câmara considerou que o mesmo Deputado devia envergonhar-se de ter perseguido uma mulher. Mais referiu que o mencionado Deputado do PS foi objeto de um processo em resultado do teor do que escrevera no *facebook* e o mesmo apenas fora arquivado porque João Silva havia ficado calado, não tendo prestado declarações, e não ficou provado que a conta do *facebook* em questão lhe pertencia. O Presidente da Câmara disponibilizou-se para fornecer cópias destes documentos à Assembleia Municipal e ao Vereador. Assim, era necessário pensar-se naquilo que se dizia. Estas decisões já haviam sido em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove e o Deputado não tinha qualquer necessidade de voltar, há dias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

para os jornais, com estas questões, mas, assim sendo, as mesmas tinham que ser esclarecidas. O Deputado do PS dissera que lhe ia pedir uma indemnização e tinha ali todos os elementos para o fazer. Mais referiu que só prestou estes esclarecimentos em sede de plenário porque se tratava de um Deputado da Assembleia Municipal. -----

-----O Presidente da Mesa frisou que este órgão deliberativo servia apenas para discutir questões de interesse para o Município e para os Vilaverdenses, razão pela qual não ia permitir que viessem pedir a palavra para discutir questões pessoais, questões escrutinadas nos serviços do Ministério Público. Questões escrutinadas na comunicação social não lhe interessavam. O Presidente da Câmara havia dito que todos tinham lido, mas o Presidente da Mesa referiu que não lera e que também não queria saber. Assim, esta situação não tinha que ser levantada neste órgão. Apenas ia dar a palavra relativamente aos esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara sobre assuntos do interesse do Município.-----

-----Samuel Estrada referiu que colocou uma série de perguntas e que a ausência de respostas era já ela uma resposta. Reportando-se às questões da Adere-Minho e à Aliança Artesanal, esclareceu que quando havia dito que a ação política, em Vila Verde, não era um concurso para aferir quem dizia mais vezes bem de Vila Verde, era porque não alimentava essa visão pueril da política. A política servia para se defender as comunidades e as populações. A Assembleia Municipal não era uma trincheira para dizer mal do Presidente da Câmara, mas também não era um grupo coral que dedicava hossanas ao Presidente e à Vereadora, tendo antes um papel estatutário de controlo de poderes e de escrutínio da atividade política. Não vinham aqui dizer mal nem bem, vinha escrutinar e pedir esclarecimentos, mas, uma vez mais, os mesmos não havia sido prestados. Essa é que tinha sido a oportunidade perdida. Não vinham aqui dizer mal da Aliança Artesanal, a qual era uma instituição do Município, respeitavam-na, existia desde mil novecentos e oitenta e oito, mas só a partir de agora iam ser divulgados os relatórios, mas, sobre o pedido feito, nada foi esclarecido, embora fosse sobre essa subjetividade ou livre arbítrio na gestão dos dinheiros públicos que o mesmo tivesse sido feito. A identidade cultural pela qual pugnava a Aliança Artesanal era a mesma que a bancada do PS defendia, mas essa mesma identidade não era a cooperativa, sendo antes aquilo que ele defendia e que também era defendido por outras entidades, como a Adere Minho, sendo pena que não se discutisse que o apoio não era para quem defendia a cultura, era para determinadas entidades que defendiam a cultura. A Adere Minho também defendia a cultura e Samuel Estrada tinha pena que o Município nunca tivesse encontrado uma ponte de diálogo com esse agente cultural e que tivesse, muitas vezes, envolvido a Vereadora em processos, até num processo-crime em que havia sido condenada à prática de injunções para não ir a julgamento, pela utilização de marca, e isso não tivesse sido resolvido com a elevação e com a conjugação de esforços que a cultura, em Vila Verde, merecia. Se havia condenações da Adere Minho, também havia que as avaliar, no sentido de saber as razões pelas quais as mesmas existiam, não tendo o PS qualquer responsabilidade nisso, porquanto não era parte em processos contra a Aliança Artesanal. O PS defendia a cultura de forma universal, não era a cultura para o A ou para o B. Os lenços de namorados, que eram património cultural identitário de Vila Verde, também era seus, mas os mesmos não eram um exercício de vaidade, sendo antes uma identidade que o PS defendia, por isso, gostava que se esclarecesse para que era o dinheiro. Em interpelação à Mesa, Samuel Estrada começou por referir que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

concordava com tudo o que o Presidente da Mesa havia dito, na parte inicial, mas lamentou que se tivesse dado palco a uma situação de defesa pessoal. Referiu que percebia os ânimos do Presidente da Câmara, mas tratava-se de uma questão para discutir num fórum particular, sendo esta Assembleia reservada para a discussão dos assuntos do Município. O Presidente da Câmara tinha vindo fazer considerações de carácter pessoal. O mesmo orador referiu que não vinha aqui discutir, por exemplo, que um Presidente de Junta do partido do Edil tinha sido condenado a prática de injunções por prevaricação, enquanto o Presidente da Câmara havia usado este órgão para um ataque pessoal, situação que o Presidente da Mesa não devia ter permitido. -----

-----O Presidente da Mesa afirmou que não deixava de dar alguma razão a Samuel estrada, nesta última parte. -----

-----João Silva, do PS, interveio para considerar que a Mesa havia permitido que o Presidente da Câmara tivesse extravasado o objeto daquilo que estava aqui a ser analisado, razão pela qual pretendia fazer a defesa da sua honra. Referiu que não ia usar o mesmo tom que alguns utilizaram no ataque à sua pessoa e à sua família e considerou que o Presidente da Câmara e a Deputada oradora do PSD haviam feito um ataque sem precedentes. O Edil reafirmou que João Silva havia feito uma perseguição, tendo João Silva dito que nunca havia perseguido ninguém na sua vida, naquele processo havia sido testemunha, mas o advogado do edil e da sua esposa estava ali e podia esclarecê-lo, para perceber um bocadinho melhor o que eram o Direito, um inquérito. Aduziu que apenas tinha sido arguido quatro dias, por difamação agravada. No processo inicialmente invocado pelo Presidente da Câmara havia sido apenas testemunha. O Presidente dissera coisas graves sobre si, mas, quando alguém do Executivo era atacado, sentiam-se vitimizados e tinham essa legitimidade. O Edil, quando havia o arquivamento de algum processo, fazia aqui um floreado e o Ministério Público já servia para isso e era muito bom, mas quando o Presidente da Câmara perdia um processo, o Ministério Público já não o era. Afirmou que isto era a democracia e recomendou ao Edil que, à noite, quando fosse dormir, pensasse nos seus próprios processos e não nos do deputado do PS no uso da palavra, pois este nunca fora condenado em nenhum. Quando se ganhava, tinha que se saber ganhar e, quando se perdia, tinha que se ter também classe na derrota. Disse que ia pedir cópia desta ata e afirmou que não fazia como alguns que metiam ações a jornais, a pessoas que aqui estavam, tanto do CDS como do PS, que eram alvos de processo-crime por difamação. Referiu que fez uma solicitação, a este Executivo, de pedido de desculpa relativamente àquilo de que tentaram acusá-lo: de difamação agravada e de um crime de violação do segredo de justiça. Concluiu referindo que aguardava o pedido de desculpa que havia formulado, via email, ao Executivo do Município de Vila Verde. -----

-----A Vereadora Júlia Fernandes foi autorizada pelo Presidente da Câmara a intervir e invocou a defesa da honra. Relativamente à referência de Samuel Estrada a um processo em que a Vereadora Júlia Fernandes teria sido condenada a pagar uma injunção, a mesma esclareceu que, efetivamente, tinha existido um processo, movido pela Adere Minho à Aliança Artesanal, em virtude do uso da expressão Lenços de Namorados. Esta era uma expressão do povo, que vinha desde finais do século XVIII, e não era propriedade da Adere Minho. A mesma vereadora tinha ido a Tribunal enquanto Presidente da Aliança Artesanal e apenas o era porque era Vereadora da Cultura e porque, conforme se comprovava na ata de dois mil e dezassete e constava nos estatutos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

daquela cooperativa, o Presidente da Direção da Aliança Artesanal era o Vereador da Cultura da Câmara Municipal, assim como o Presidente da Câmara de Terras de Bouro, Manuel Tibo, era, neste momento, o Presidente da Assembleia Geral. Esta realidade estava devidamente documentada no próprio processo eleitoral. Existiam livro de atas e relatório de contas. O deste ano não se havia realizado devido à pandemia, mas ia ter lugar no dia trinta, dia em que iam ser remetidos todos os documentos relativos à Aliança Artesanal, não havendo exatamente nada a esconder. Esta cooperativa tinha lutado imenso contra tudo e contra todos, nomeadamente no que se prendia com estas questões da Adere Minho que hoje estavam sanadas fruto da entrada de novos atores nesse processo. Tanto assim era que, em fevereiro, tinham atribuído um subsídio de vinte mil euros à Adere Minho, aprovado por unanimidade na reunião de Câmara, já se estando, portanto, a falar de uma igualdade de circunstâncias. Pretendiam pagar as custas judiciais dos processos movidos pela Adere Minho e, porque estavam numa candidatura a Fundos Comunitários - cultura para todos – necessitavam de ter dinheiro para poder iniciar estes trabalhos com esta candidatura que ia levar o labor da Aliança artesanal a desempregados, a escolas... numa perspetiva de divulgar e de valorizar a tradição, mas também de conseguir angariar novas bordadeiras, uma vez que as existentes já estavam com mais de cinquenta anos de idade. Fruto da pandemia, a Aliança Artesanal tinha estado quatro meses parada, situação que viera complicar uma saúde financeira que já não era fácil. No dia trinta, todos os documentos iam ser colocados no site, para que tudo fosse claro, pois a Aliança Artesanal nunca havia tido nem tinha absolutamente nada a esconder. Tratava-se de uma cooperativa de interesse público em que o Município estava presente, como sempre estivera, com todos os vereadores da cultura, desde mil novecentos e oitenta e oito. -----
-----Paulo Gomes considerou vergonhoso que se tivesse perdido dez, quinze ou mais minutos a tratar de um assunto pessoal. Não era do Chega, mas apetecia-lhe dizer já chega. Se pretendiam resolver esses assuntos, deviam fazê-lo nas instâncias próprias, caso contrário, o Presidente da Mesa tinha que começar a colocar na ordem de trabalhos um ponto relacionado com o Ministério Público. Em todas as sessões aconteciam situações destas, o que não podia suceder. Considerou que o Presidente da Câmara falhara, porque não tinha que levantar esta questão neste órgão. Discordou da afirmação do Edil de que ninguém se havia interessado pela situação da Adere Minho, recordando que, em dois mil e dezanove, tinha feito uma intervenção no Plenário, para demonstrar a situação crítica em que a mesma se encontrava, fruto da anterior má gestão. Em boa hora o Município de Vila Verde percebera a importância cultural e o dinamismo que a Adere Minho tinha para o concelho de Vila Verde. Em boa hora também apoiara a Adere Minho, dando-lhe um balão de oxigénio. O mesmo orador sublinhou que estava à vontade para falar da Adere Minho, porque não tinha feito parte aquando da sua intervenção, em dois mil e dezanove, e hoje era Presidente do Conselho Fiscal. Paulo Gomes confirmou que a Adere Minho tinha e continuava a ter um passivo elevado e que tinha havido um subsídio da Câmara Municipal atribuído a esta entidade, para sustentabilidade da mesma, caso contrário, a Adere Minho, neste momento, já não existia. A Aliança Artesanal, não interessando se havia documentos ou não, tinha o mesmo direito de ter um subsídio do Município de Vila Verde, independentemente de quem fosse o seu Presidente, como tinham a Adere Minho e qualquer instituição ou associação. Paulo Gomes concluiu considerando que, se a Adere Minho recebera um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

subsídio de vinte mil euros, era perfeitamente legítimo que qualquer outra instituição recebesse um subsídio de igual ou distinto montante. -----

-----No ponto 4.1. - discussão e votação dos documentos da Prestação de Contas respeitante ao ano de 2019 -, o Presidente da Câmara Municipal, depois de referir que, se a perseguição tivesse acontecido à sua esposa, se calhar, Paulo Gomes não teria falado da mesma maneira, considerou que o documento em apreço revelava rigor, concretização e atenção ao desenvolvimento do concelho. Como todos os documentos, podia ser lido de formas diversificadas, era público, todos o podiam consultar. Ficava demonstrada a sustentabilidade da situação financeira e da capacidade de concretização do Município, podendo-se observar que o investimento não havia sido efetuado na totalidade, mas tal ficava a dever-se ao facto da aprovação das candidaturas a fundos comunitários ter tido um grande atraso. A concretização de obras financiadas por fundos comunitários tinha sido adiada porque quem apreciava as candidaturas não havia cumprido prazos. Estavam em causa candidaturas apresentadas desde dois mil e dezoito e das quais ainda hoje não eram conhecido os resultados. Algumas das concretizações eram envelopes financeiros do Município cuja aprovação se estava a arrastar no tempo, mas estes investimentos tinham que constar nos planos de atividades, sob pena de não poderem ser executados, surgindo, assim, como investimentos a realizar. A situação financeira do Município era sólida e, entre dois mil e catorze e dos mil e dezanove, o endividamento havia sido reduzido em quarenta e sete por cento, passando de cerca de vinte e sete milhões e seiscentos mil euros para, aproximadamente, catorze milhões e quinhentos mil euros. Só entre dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, a dívida decresceu dois milhões de euros e aumentou a sua capacidade de endividamento para mais de vinte milhões de euros, o que dava tranquilidade em relação ao que tinham pela frente, pois podiam continuar a fazer investimentos. Relembrou que algumas obras tinham que estar previstas plurianualmente e que os planos de atividades tinham que ser ambiciosos, tanto mais no momento e incerteza que se estava a viver e sendo sabido que tinha havido uma reprogramação das orientações iniciais e decorria uma outra neste momento (pós-Covid), tal como uma dotação suplementar para recuperação da economia. Assim, impunha-se alargar os horizontes dos documentos desta natureza para ser possível acomodar as opções de investimento que surgissem e que ainda não eram conhecidas. Os documentos tinham vindo a patentear essa flexibilidade, embora, por vezes, a Prestação de Contas evidenciasse propostas de investimento não concretizadas, porque se tratara de intenções e de esforços tendentes a não se perderem as oportunidades quando e se as mesmas surgissem. Aludiu à obra de retirada/substituição de amianto na escola de Moure, a qual era da competência do Ministério da Educação, mas, uma vez mais, ia ser assegurada pelo Município de Vila Verde, a exemplo do que tinha sucedido com as escolas básicas dos segundo e terceiro ciclos de Prado e de Vila Verde, nas quais os montantes investidos foram canalizados de envelopes financeiros do Município, quando a responsabilidade era do Estado. A obra no Centro de Saúde de Vade também era da responsabilidade do Estado, no entanto, havia sido concretizada recorrendo a fundos comunitários, mas ao bolo financeiro da autarquia que, assim, substituiu a Administração Central. Tinha sido apresentada, no dia de ontem, uma candidatura para fazer a reabilitação do Centro de Saúde de Pico de Regalados, na qual a comparticipação do Município era superior a cinquenta por cento do montante total da obra, voltando, assim, a substituir o Estado. Depois da obra de Moure, o concelho ia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ficar totalmente livre de amianto nos edifícios escolares, os quais estavam plenamente reabilitados. Também os centros de saúde ia ficar completamente requalificados depois da execução da reabilitação do Centro de Saúde de Pico de Regalados, faltando apenas executar uma pequena obra em Cervães, passando, pois, todos, a reunir excelentes condições para a prestação de cuidados de saúde à população. Reconheceu a vontade de fazer mais, quer no que tocava à sensibilização das pessoas, quer no que dizia respeito à recolha Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo os resíduos para reciclagem. A população não havia aumentado, mas a quantidade de lixo urbano recolhido tinha aumentado significativamente, ascendendo já a uma média de duzentos e oitenta kg por habitante/ano, em dois mil e dezanove, mais cinquenta kg do que em dois mil e treze, mas a recolha seletiva não tinha crescido, o que significava que havia ainda muita sensibilização a fazer para que as pessoas fizessem muito mais separação de resíduos para reciclagem. Registara-se também um aumento do número de consumidores de água, assim como um crescimento progressivo do consumo de água por habitante. Só de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove tinha havido um aumento de mais de cinco metros cúbicos diários, em média, por habitante. Tinha-se registado um aumento razoável no número de ligações de saneamento, mas nem todas as ligações estavam feitas no âmbito das redes que tinham sido construídas até ao final do ano transato, sendo que o grande salto, no estabelecimento das ligações, ia ter lugar em dois mil e vinte. Toda a área mais urbanizada do concelho estava praticamente servida de rede de saneamento, impondo-se agora dar passos no sentido do alargamento da rede às zonas mais afastadas que, ainda que com maiores custos, tinha que ser feito. Estavam outros concursos a decorrer, para ligação de redes já existentes. O objetivo era alcançar uma cobertura total da rede de abastecimento de água e o aumento expressivo da rede de saneamento. O Edil fez também referência à diminuição da sinistralidade e informou que, em dois mil e dezanove, não tinha havido qualquer vítima de atropelamento, contrariando, assim, os dados de dois mil e dezoito. Além da criação das lombas, a aposta nas marcações/sinalização das estradas e na construção de passeios também havia tido um impacto positivo na sinistralidade. Estava em curso o processo de requalificação das estradas municipais, o concurso já havia sido realizado e o processo estava a ser enviado para o Tribunal de Contas. Se tudo corresse dentro da normalidade, as obras poderiam começar ainda antes do final do Verão. O Edil sublinhou a boa execução patente na Prestação de Contas e a muito boa saúde financeira do Município. Relevou também a atenção particular do Município às instituições e às famílias, consubstanciando um importante investimento nas pessoas. Entretanto, haviam surgido várias propostas de empresários interessados em investir em Vila Verde e o Executivo continuava a incentivá-los a fazerem-no, a exemplo do que tinha vindo a acontecer ao longo dos últimos anos. -----

-----Cláudia Pereira revelou que a bancada do CDS-PP se ia abster neste ponto, uma vez que o documento nada de novo apresentava, continuando na linha dos últimos anos. Ano após ano havia grandes desperdícios financeiros, subsistiam grandes assimetrias entre freguesias ou zonas do concelho, uns tinham tanto e outros tão pouco, parecendo existir vilaverdenses de primeira e de segunda. -----

-----Carlos Araújo, do PS, referiu que, anos após anos, iam analisando prestações de contas que tinham como denominador comum a incapacidade de concretizar os investimentos propostos nos orçamentos iniciais, muitos dos quais de elevada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

importância para a qualidade de vida dos munícipes. Em termos globais, o Município, em dois mil e dezanove, havia executado setenta e oito por cento do orçamento inicialmente apresentado. Em termos de receita corrente, o Executivo até havia executado mais de cem por cento, mas, na receita de capital, havia-se fixado nos trinta e oito por cento; a despesa corrente noventa e cinco, a de capital cinquenta e três por cento. Com estes dados, podia-se afirmar que se tinha um Executivo para gerir a receita e a despesa correntes; sabiam cobrar serviços e impostos como ninguém, com taxas de execução acima de cem por cento em todas estas rubricas, e iam pagando a despesa corrente e outras não estruturais. Quanto a estratégia, capacidade de execução de obra e investimentos estruturais para os vilaverdenses, de forma a aproximarem-se dos níveis de serviços médios nacionais ou até dos concelhos vizinhos, aí já era mais difícil. Nunca tinham conseguido e já não existia nenhuma esperança para os vilaverdenses de que o viessem a conseguir. A mudança era urgente e ter ambição não era problema, mas era necessário lutar pela execução da mesma, mantendo o foco na execução de capital, uma rubrica onde a receita estava associada à despesa, e nos fundos comunitários. A culpa era dos outros. Haviam tido a melhor execução deste mandato, conseguindo uns fantásticos trinta por cento. Questionou o objetivo de, anos após ano, apresentar as obras e os projetos se não havia capacidade de execução, nunca tendo executado mais do que três milhões. Destaque para a execução de oitenta e dois por cento na cultura, mas as festas apresentavam uma execução acima de noventa por cento, o que o levava a questionar quem havia perdido na cultura, certamente as pequenas iniciativas que necessitavam de mais apoio. No saneamento, apesar de algumas intervenções feitas em freguesias do sul do concelho, a execução tinha ficado a cinquenta e três por cento do objetivo, o que era muito pouco, continuando-se muita aquém da média nacional e dos vizinhos a sul. Podia admitir que as passadeiras elevadas reduziam a velocidade em alguns pontos, mas parecia-lhe difícil relacionar esta situação com o decréscimo de sinistralidade. O estado das vias era péssimo. Não dando para andar a mais de vinte quilómetros por hora, a sinistralidade, efetivamente, reduzia. Quis saber o que justificava o atraso na conclusão das obras nas escolas básicas de Prado e Vila Verde, as quais deviam estar terminadas em meados do ano transato, revelando, a taxa de execução, que não estariam próximo de concluídas. Esta era uma boa altura para questionar quando estariam concluídas estas obras que tantos transtornos causavam aos seus utilizadores. Relativamente ao amianto, tinha a ideia de que haveria fundos comunitários para o efeito. Reforçou a sua preocupação em relação ao aumento de provisões para processos judiciais em curso, quase meio milhão de euros no ano de dois mil e dezanove, sendo que o montante global destes processos era superior a cinco ponto sete milhões de euros; apenas um ponto nove milhões estavam aprovacionados. Quis saber qual a justificação para o aumento neste ano e o se o edil tinha noção do risco, para o futuro do concelho, que estas situações podiam representar em caso de condenação, havendo, inclusive, processos introduzidos por entidades que tinham prestado e continuavam a prestar serviços ao Município, ficando a dúvida de saber se, efetivamente, o faziam apenas para ir buscar mais alguns valores, recorrendo até a formas consentâneas e de prévio acordo entre as partes. Existira uma clara má gestão nesta matéria. Reveladora da falta de transparência era a subida de vinte e dois por cento no método de contratação por ajuste direto, entre dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, representando o seu peso, na contratação global, quarenta por cento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

continuando, assim, o Executivo, a fazer ouvidos moucos aos organismos de fiscalização e aos alertas do PS. O mesmo orador do PS conveio que o Executivo, neste documento, deveria explicar com clareza a razão desta forma de contratação que devia ser excecional. O PS desconfiava qual era a razão, não fossem as duzentas e cinquenta e cinco páginas de adjudicações com alguns nomes conhecidos, mas devia ser apenas desconfiança e o Executivo devia esclarecer a real razão. Uma nota para o facto de ter gasto, acima do orçamento previsto, em habitação social, embora ascendendo apenas a cinquenta e três mil e quinhentos euros, tendo gasto mais de duzentos mil euros nos namorados e mais de oitocentos mil euros em festas. Muito pouco para uma matéria tão sensível e tão apregoada nos textos líricos. Tratava-se de uma gestão corrente sem sumo de obras em favor dos vilaverdenses; orçamentos utópicos e fraca execução que só podiam resultar no voto contra do PS. Relativamente à Lage, zero de execução num orçamento de duzentos e dezasseis mil euros, o que não era verdade, uma vez que tinham existido apenas quatro pequenas intervenções efetuadas pelos serviços municipais, o que era muito pouco em comparação com as contemplações atinentes ao sul do concelho. Atiães e a Lage haviam passado ao lado das intervenções. Quanto à Lage, o realizado era muito pouco para uma freguesia atravessada por coletores em toda a sua extensão, junto ao rio Febros, nada justificando, pois, que esta freguesia não tivesse uma taxa de execução de saneamento próxima dos cem por cento. Tirando o saneamento, no restante, a execução, na Lage, fora de zero por cento. Concluiu referindo que permanecera nesta sessão da Assembleia Municipal apenas pela necessidade desta intervenção, porque o que aqui se havia passado não dignificava em nada o órgão, e não se reportava apenas ao Presidente, mas também, por ventura, às pessoas da bancada do PS. Estas matérias não abonavam nada em favor daquilo que aqui se devia discutir, razão pela qual referiu que ia entregar a sua intervenção e ausentar-se, como protesto contra esta forma que era recorrente na utilização deste espaço que a ninguém, no Plenário, interessava. -----

-----Susana Silva, do PS, considerou que estes documentos eram o bom rosto do trabalho realizado pelo Executivo no ano em apreço. Os tempos atuais requeriam prudência e rigor em termos económicos e financeiros e o Executivo tinha sido capaz de desenvolver iniciativas fundamentais para promover a coesão social e aumentar a atratividade local sem nunca esquecer a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro. Relevou o aproveitamento dos fundos comunitário, contribuindo para o elevado grau de cumprimento dos objetivos e permitindo lançar e concretizar projetos importantes para o concelho de Vila Verde. O Município tinha consciência de que, em parceria com as Juntas de Freguesia, as associações, instituições, entidades e empresas, conseguia fazer mais e melhor do que sozinho. Realçou a execução e a saúde financeira do Município, podendo ler-se, no documento, que a taxa de execução da recita ascendera a oitenta e sete por cento e a da despesa atingira os oitenta e três por cento, o que demonstrava uma boa execução orçamental e era revelador de rigor, empenho e capacidade de realização do Município, sendo ainda de salientar a redução da dívida, de médio e longo prazo, em um ponto oito milhões de euros relativamente a dois mil e dezoito. Muito haveria a dizer, relativamente a este documento, para demonstrar tudo o que havia sido feito para melhorar o concelho, mas ia passar a relevar apenas quatro aspetos essenciais, sem prejuízo de reconhecer que não estava tudo feito e que ainda havia bastante a realizar. Na educação, relevou a qualidade das atividades desenvolvidas, a aposta na melhoria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

das infraestruturas, o apoio dado às crianças, famílias e jovens, o investimento nos transportes e nas refeições escolares e um conjunto de projetos e iniciativas levados a bom porto por todas as escolas, permitindo criar uma dinâmica única no processo ensino e aprendizagem e que também podiam, em época de pandemia, ser um facilitador do ensino a distância. Era por todos reconhecido o grande investimento que o Município tinha vindo a fazer no capítulo da cultura, promovendo importantes atividades, como a Festa das Colheitas, no âmbito da Rota das Colheitas, assim como o Namorar Portugal, que sempre foi vista pela bancada do PSD como uma iniciativa importante, com relevante impacto na economia, na dinamização de micro, pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo que contribuía para que o concelho fosse mais conhecido a nível nacional e internacional. Revelou, a este propósito, que, quando, no exercício da sua atividade profissional, falava com um técnico com elevada responsabilidade no Turismo de Portugal, dizendo-lhe que era de Vila Verde, o mesmo mencionou o Namorar Portugal e a Gala Namorar Portugal como bom exemplo de iniciativas para atrair jovens e para ajudar no progresso e no desenvolvimento da economia da região. O segundo aspeto reportava-se à manutenção de uma política fiscal amiga das famílias e das empresas, com a redução ou isenção de taxas de licenciamento para habitação, para empreendimentos turísticos, infraestruturas de apoio às atividades económicas agrícolas e industriais, pecuárias e florestais, assim como outras iniciativas, entre as quais a isenção de derrama para pequenas empresas, a baixa taxa de IMI e a existência da tarifa social, no saneamento básico e no abastecimento de água, de apoio às famílias carenciadas ou numerosas e às instituições. Era igualmente importante o investimento na ação social, através do apoio prestado aos mais vulneráveis, crianças, jovens, idosos e famílias que, através de apoio direto, mas também mercê de um conjunto de medidas indiretas, muitas das quais as que eram desenvolvidas em parceria com as instituições e que eram de cariz desportivo, educativo e cultural e que reconheciam serem da maior importância para aqueles que menos tinham. Relevava ainda a contínua aposta no serviço de proximidade com os vilaverdenses, através dos espaços cidadão e lojas do município, mas também mediante a desmaterialização dos processos, a modernização administrativa e a inovação tecnológica dos serviços que, nos dias de hoje, tinha uma enorme importância na vida de todos. Assim se demonstrava que o Município pensava sempre primeiro nos vilaverdenses, fazia uma boa gestão de recursos, uma aposta na melhoria das condições de vida, no bem-estar das pessoas e no desenvolvimento sustentado e sustentável de Vila Verde. Assim, a bancada do PSD ia votar este ponto favoravelmente. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com quarenta e sete votos a favor, dez votos contra e duas abstenções. -----

-----No ponto 5.1. - discutir e votar uma proposta da Câmara Municipal, relacionada com o procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau/chefe da Divisão da Qualidade, Atendimento e Fiscalização -, Paulo Gomes revelou que a bancada do CDS-PP se ia abster, por considerar que se tratava de um ato meramente administrativo, mas ressaltou que haviam sido enviados currículos que continham dados pessoais e não apenas dados técnicos, o que, na sua perspetiva, atendendo à questão da proteção de dados, salvo outra autorização dos visados, não era a melhor prática. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----João Silva interveio que para revelar que a bancada do PS também se ia abster, por ser um ato administrativo. -----

-----O ponto 5.1. foi aprovado por maioria, com zero votos contra, doze abstenções e quarenta e sete votos a favor. -----

-----No ponto 5.2., Cláudia Pereira esclareceu que a bancada do CDS-PP ia votar favoravelmente, desde que o empreendimento não pusesse em causa a sustentabilidade do local e que as futuras construções fossem enquadradas na paisagem existente. Mais considerou que os empreendimentos turísticos eram de grande importância para o desenvolvimento do concelho e deviam ser fomentados para potenciar o crescimento local, mas tinha que haver sempre a preocupação em planeá-los da melhor forma e em existir um enquadramento sustentável e sem pôr em causa as rotinas dos residentes. -----

-----O ponto 5.2. foi aprovado por maioria, com zero votos contra, uma abstenção e cinquenta e oito votos a favor. -----

-----No ponto 5.3. - para efeitos da ratificação da deliberação tomada pelo Executivo Municipal em reunião datada de 18 de Junho de 2020, presente a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento -, Cláudia Pereira referiu que o CDS-PP se ia abster, porque não havia sido auscultado para a sua elaboração, consequentemente, não tinha legitimidade para o votar favoravelmente. Advertiu no sentido de uma gestão financeira mais cuidada, por se estar a lidar com dinheiros públicos. Acrescentou que pretendia que a gestão da Câmara fosse gerida o mais transparentemente possível, gerindo os recursos a exemplo do que se fazia na vida pessoal, controlando os gastos e pugnando pelo equilíbrio financeiro. -----

-----Mara Alves, do PSD, considerou que a revisão em apreço resultava da obrigatoriedade de integrar a receita do saldo de gerência do ano anterior. O valor era de um milhão novecentos e noventa e quatro mil seiscientos e sessenta e cinco ponto setenta e oito euros e a revisão processava-se só nesta data, porque apenas era possível após a aprovação da Prestação de Contas. Como tinha havido o reforço da receita, tornava-se necessário inscrevê-lo no orçamento da despesa, distribuído por rubricas, algumas das quais nas GOP. Verificava-se o reforço nas seguintes áreas: administração autárquica; operacionalidade e planeamento; operacionalidade obras e ambiente; área operacional da educação. Destinava-se, de um modo geral, à aquisição de bens. Exemplificou com uma eventual não definição da aquisição do IEMinho que tinha que estar inscrita numa rubrica por não constar no orçamento do ano anterior. A nível da construção e reparação do imobilizado, eram pequenas obras que iam surgindo, funções sociais e transportes escolares, designadamente despesas com escolas, obras, abastecimento de água, apoio a nível de equipamentos desportivos e construção de vias de comunicação. Tinha também sido feito um reforço extraordinário para as medidas de mitigação da pandemia e a reposição da normalidade. Por considerar que o saldo de gerência, no essencial, reforçava as rubricas do orçamento que visavam promover o território, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar, assim como fomentar a economia local e o emprego, assegurar a dinamização desportiva e o desenvolvimento social e comunitário, o Grupo Parlamentar do PSD ia votar este ponto favoravelmente.----- O ponto 5.3. - para efeitos da ratificação da deliberação tomada pelo Executivo Municipal em reunião datada de 18 de Junho de 2020, presente a proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento – foi aprovado por maioria, com cinquenta e seis votos a favor, zero votos contra e três abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No ponto 5.4., o Presidente da Mesa esclareceu que a Lei, efetivamente, obrigava à transferência de recursos em apreço, não apenas neste órgão deliberativo como também nos órgãos deliberativos das freguesias, razão pela qual questionou, diretamente, os Presidentes de Junta no sentido de saber quais as situações de não aprovação pelo órgão deliberativo da freguesia/Assembleia de Freguesia, tendo, para o efeito, chamado cada um dos edis para se pronunciarem, revelando se o ponto tinha, ou não, sido aprovado em sede de Assembleia de Freguesia. Excecionando Sande, Vilarinho, Barros e Gomide, Valbom S. Martinho, Vade e Lanhas e carecendo de cabal confirmação as situações de Presidentes de Junta que não estiveram presentes e não se fizeram representar, os restantes Edis confirmaram que esta transferência de recursos foi aprovada pelos respetivos órgãos deliberativos. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal relevou o espírito de colaboração dos Presidentes de Junta no trabalho conjunto com o Município, sendo que este protocolo era um pouco o resultado desse esforço. O município havia dotado as freguesias de maiores recursos em áreas fundamentais, dando mais um passo no sentido de delegar competências nas freguesias, valorizando o trabalho de proximidade com a população. Este esforço acrescia a outro tipo de acordos estabelecidos para obras mais específicas que iam continuar a ser executadas. Este protocolo representava um encargo superior a um milhão de euros para o Município, mas estavam convictos de que este montante ia ser muito bem aplicado pelas Juntas de Freguesia. Reconheceu a rápida receptividade das autarquias locais e manifestou total disponibilidade para continuar a trabalhar nesta lógica de proximidade. -----

-----Cláudia Pereira referiu que a bancada do CDS-PP ia votar este ponto favoravelmente, esperando que a delegação de competências para as freguesias fosse bem gerida e aproveitada, para que não houvesse desigualdade nem entre as mesmas nem no interior de cada freguesia ou união de freguesias. Os autarcas não se podiam esquecer, mas por vezes esqueciam-se, que eram todos eleitores. -----

-----Samuel Estrada aplaudiu o esforço financeiro do Município para acrescentar valor a esta transferência de competências, pois as Juntas de Freguesia eram essenciais para o poder local, garantindo a proximidade do mesmo e fazendo um grande esforço nesse sentido. Esta transferência de competências que já vigorava e que tinha agora sido dilatada, passava para as freguesias um ónus do Município, o qual obrigava muitas Juntas de freguesia a utilizar as suas receitas para o cumprimento destas obrigações do Município e o mesmo orador afirmou que podia testemunhar o que se passava em Atiães, onde a Junta de Freguesia, ano após ano, tinha que retirar do seu orçamento para cumprir, com muitas carências, as obrigações que lhe eram impostas, pelo que este aumento era de aplaudir, mas ficava aquém. O Município recebia do Estado catorze milhões, transferia um milhão, muito menos do que outros municípios limítrofes transferiam para as suas freguesias, pelo que, se se pretendiam autarquias autónomas e capazes de cumprir adequada e dignamente este trabalho, tinha que se transferir muitos mais recursos, Deixou ainda uma nota aos serviços para uma maior exatidão nos critérios para as freguesias, pois continuavam a existir freguesias, como Atiães, onde não era incluída um série extensa de caminhos e espaços verdes. Depois de alguma reclamação, tinham passado a ser incluídos alguns espaços verdes, há anos existentes, tal como mobiliário urbano. Este era um problema transversal a outras freguesias. Apelou ainda a maiores transferências nos próximos anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Susana Silva enalteceu o esforço dos Presidentes de Junta no sentido da elaboração destes protocolos em tempo recorde e referiu que a bancada do PSD sempre havia valorizado o serviço de proximidade, por quem melhor conhecia a realidade e reconheceu igualmente o esforço do Município na transferência deste envelope financeiro, o qual não seria o ideal, mas estava dado o primeiro passo nesse sentido. Assim, a sua bancada ia votar este ponto favoravelmente. -----

-----O ponto 5.4. foi aprovado por maioria, com cinquenta e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, condicionado à ratificação por parte das Assembleias de Freguesia que ainda não haviam colocado à apreciação este ponto. O Presidente da Mesa esclareceu os Presidentes de Junta acerca da necessidade de envio das deliberações à DGAL.-----

-----No ponto 6. - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira - não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----No ponto 7.- período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia da Lage interveio para felicitar Filipe Lopes pela moção que havia apresentado e para concordar com a necessidade urgente da EN 201. Dirigindo-se aos colegas Presidentes de Junta, com quem já tinha reunido – Vila de Prado, Lage, Moure, Freiriz, Marrancos – referiu que era importante que esta requalificação fosse rapidamente feita, sendo que todos haviam reclamado junto da Infraestruturas de Portugal, sobretudo a falta de condições de segurança nesta via, além do mau estado do piso e da falta de manutenção. Quem ali passava e depois entrava na via rápida do Cávado sabia que os trabalhos de manutenção feitos da rotunda da Vila de Prado até Braga tinham lugar três ou quatro vezes ao ano e, da mesma rotunda até Marrancos, acontecia apenas uma vez ao ano e mal. As EN 201 e 101 tinha um tráfego automóvel semelhante, mas tudo se focava na EN 101, pela situação que se conhecia, porque passava em Vila Verde e esquecia-se a EN 201. A Lage era a freguesia onde se notava o maior tráfego, as bermas estavam obsoletas, não havia passeios nem sinalética, nem rebaixamento de passeios nas passadeiras. A última abordagem acontecera em dezembro de dois mil e dezanove, porquanto a reunião agendada para março de dois mil e vinte acabou por ser adiada devido à pandemia. Aguardavam pela remarcação desta reunião que, desta feita, ia contar com mais Presidentes de Junta, já que incluía também as EN 101 e 205. Relativamente à questão do saneamento na Lage, suscitada por Carlos Araújo, este Edil referiu que a Câmara havia realizado quatro intervenções nesta freguesia, de pequena monta em termos de áreas, mas de grande monta no que tocava a número de fogos contemplados. Assim, com pouco investimento, fazia-se muito em freguesias mais populosas. Ainda assim, não estava contente e esperava que o que estava previsto para dois mil e dezanove se executasse em dois mil e vinte.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte S. Vicente considerou que a primeira intervenção de Cláudia Pereira apresentava uma visão redutora, apenas porque vira meia dúzia de fotografias, na altura da Covid, coisa que o Edil, por acaso não fizera, mas os Presidentes de Junta estavam a fazer muito trabalho, ao nível, inclusive, das receitas, estavam a par das situações das famílias carenciadas, no entanto, a oradora do CDS-PP não vira isto. Acrescentou que vinha ali como Presidente da Assembleia da Associação de Freguesias do Vale do Homem, pois Cláudia Pereira dissera que apenas faziam umas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

caminhadas, mas faziam muito mais do que isso. Eram sete ou oito freguesias unidas com o mesmo intuito. O Presidente da Câmara era testemunha do que acabara de dizer, haviam já tido uma reunião em que falaram muito a sério sobre a ecovia do rio Homem. Haviã já realizado passeios a passadiços, o *trail* do Vale do Homem, um evento de grande sucesso nesta vila, e faziam inúmeras outras coisas. Reduzir isso a uma caminhada ficava muito mal à Deputada Municipal do CDS-PP. Reportando-se à referência do Presidente da Câmara aos projetos que tinha para o norte do concelho, este mesmo autarca apelou ao Presidente do Executivo Municipal para que não se esquecesse dos passadiços do Vale do Homem. -----

-----No ponto 8.- período de intervenção aberto ao público -, não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

-----A minuta da ata da reunião de vinte e sete de junho de dois mil e vinte, sessão esta que, em função das excecionais medidas implementadas no mundo pela crise da pandemia, englobava também a reunião de abril, foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de cinquenta e nove, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.--

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em trinta de setembro de dois mil e vinte.-----

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
